

TRÁFICO ATLÂNTICO, ESCRAVIDÃO E PROCEDÊNCIAS CATIVAS NO SUL DE MINAS GERAIS (1799-1850)*

Marcos Ferreira de Andrade**

1. Introdução

O objetivo deste trabalho consiste em discutir a importância do tráfico atlântico e da escravidão no Sudeste do Brasil, em particular para o Sul das Minas Gerais, na conjuntura correspondente à primeira metade do século XIX. Tratava-se de uma das regiões mais dinâmicas da economia mineira, com grandes unidades escravistas voltadas, quase sempre, para o abastecimento interno. Um grande proprietário escravista poderia ser dono de engenho, pecuarista, produtor de alimentos, dono de lavra e comercializar parte de sua produção nas vilas e nos distritos mais próximos e, especialmente, com a cidade do Rio de Janeiro. Percebe-se um alto índice de cativos de origem africana na região, em sua grande maioria, procedentes da África Central Atlântica, confirmando as tendências apontadas pelos estudos ligados ao tráfico negreiro internacional. Embora em algumas propriedades tenha sido possível constatar um alto percentual de cativos crioulos, a margem de autonomia dos senhores na composição de suas escravarias esteve condicionada à conjuntura internacional do tráfico.

2. População livre e escrava no Sul de Minas

Nas primeiras décadas do século XVIII, a região mais ao sul da capitania de Minas Gerais era conhecida genericamente como as “Minas do Rio Verde”.¹ Desde o início do setecentos, a área foi ocupada pelos paulistas, que devassaram o território mineiro na busca

* Esta comunicação constitui parte de um dos tópicos do capítulo V de minha tese de doutorado, intitulada *Família, fortuna e poder no Império do Brasil – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-2005)*, defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense-UFF, no ano de 2005. A tese foi premiada no Concurso Nacional de Pesquisa, na edição de 2005, e foi publicada recentemente sob o título *Elites Regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. Este trabalho ainda integra um projeto de pesquisa mais amplo, que foi desenvolvido em parceria com as professoras Maria Tereza Pereira Cardoso (UFSJ) e Silvia Maria Jardim Brügger (UFSJ) e o professor Anderson Oliveira (UERJ), intitulado “*Sociabilidades e identidades: negros, afro-descendentes e mestiços em Minas Gerais – Vila de São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX*”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, no período de 04/11/2004 a 04/10/2006. De fevereiro de 2006 a dezembro de 2007, o mesmo projeto foi também desenvolvido no Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI-BH e contou com o apoio da FUNDAC-UNI-BH. Texto apresentado no IX Congresso Internacional da Brazilian Studies Association - BRASA, na Tulane University, em New Orleans – Louisiana, no período de 27 a 29 de março de 2008. A minha participação no evento contou com o auxílio financeiro parcial da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG e da FUNDAC-UNI-BH.

** Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF e professor do curso de História do Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI-BH e professor colaborador do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ. E-mail: m.f.andrade@hotmail.com

¹ Esta denominação aparece na carta do ouvidor Cipriano José da Rocha, de 27 de dezembro de 1737, quando comunica ao rei o descobrimento das referidas minas e a legalização da ocupação do território. Cf. Auto de posse do arraial de Santo Antônio da Campanha do Rio Verde (1743). Documento publicado numa coletânea intitulada “Memórias Municipais”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano I, fascículo 3º, julho a setembro de 1896.

desenfreada pelo metal precioso.² As minas do Rio Verde, descobertas pelos paulistas nas primeiras décadas do século XVIII, foram mantidas na clandestinidade até 1737, quando uma expedição militar, chefiada pelo ouvidor da vila de São João del-Rei, Cipriano José da Rocha, fundou o arraial e tomou posse da região.

Foi em fins do século XVIII, mais precisamente em 1795, que os moradores mais influentes do arraial decidiram reivindicar a criação da vila da Campanha da Princesa. A região pretendida como termo de Campanha abrangia dez freguesias (Lavras do Funil, Baependi, Pouso Alto, Santa Ana do Sapucaí, Camanducaia, Ouro Fino, Itajubá, Cabo Verde e Jacuí) e três julgados (Santana do Sapucaí, Itajubá e Jacuí). Como se pode perceber, a extensão do termo compreendia praticamente toda a área do que hoje se denomina Sul de Minas. O arraial foi elevado à categoria de vila mediante alvará de 20 de outubro de 1798, mas o auto de criação se deu mais de um ano depois, em 26 de dezembro de 1799.³ Em 1800, foi feita a demarcação do termo, tendo o rio Grande como limite natural entre as duas vilas (Campanha da Princesa e São João del-Rei).

Tão logo d. João VI e sua comitiva se transferiram para a cidade do Rio de Janeiro, os vereadores da Câmara da vila da Campanha se prontificaram a fornecer víveres para o abastecimento da Corte. Em fevereiro de 1808, já haviam conseguido 730 cabeças de gado, 250 capados e outros gêneros. O toucinho deveria ser enviado no lombo de burros, como já era de costume nesse tipo comércio. Remeteriam duzentas cabeças de gado a cada viagem. A tropa, formada por trinta bestas muares e cinquenta cavalos ferrados, seria conduzida pelo tenente de milícias Joaquim Inácio Vilas Boas da Gama e dois soldados do destacamento, acompanhados de um ferrador e vários pedestres.⁴

Na primeira metade do século XIX, o termo da vila da Campanha da Princesa, juntamente com outras vilas da comarca do Rio das Mortes, irá adquirir maior dinamismo, atestado pelo crescimento populacional e pela importância de algumas atividades econômicas voltadas para o abastecimento interno e as ligações mercantis com a Corte.⁵

Em Minas Gerais, a primeira metade do século XIX foi marcada pelo desmembramento, pela supressão e criação de novos distritos, vilas e comarcas, justamente em função do

² Para uma síntese dessa discussão, ver Charles R. Boxer, *A idade de ouro no Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*, especialmente os capítulos II e III, p. 57-110. Carla Maria Junho Anastasia faz um histórico desses conflitos nas primeiras décadas do século XVIII, culminando com os motins de Campanha do Rio Verde, em 1746 e 1751, em *Vassallos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998, p. 113-121. Há na Biblioteca Nacional uma documentação bem interessante, relativa ao ano de 1790, que se reporta aos conflitos entre as capitânicas de Minas Gerais e São Paulo, envolvendo as disputas pela posse dos arraiais de Jacuí, Cabo Verde e Santana, áreas localizadas em região de fronteira entre as duas capitânicas e próximas dos principais registros que interligavam Minas, São Paulo e Rio de Janeiro. BN, Minas Gerais, II, 36,07,020.

³ Memórias municipais, p. 469-470.

⁴ *Ibidem*, p. 543.

⁵ O trabalho pioneiro a apontar a importância da região centro-sul de Minas Gerais e suas ligações com o abastecimento interno e da Corte foi elaborado por Alcir Lenharo. Este estudo será retomado em várias partes do trabalho, à medida que as fontes forem analisadas. Cf. Alcir Lenharo, *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979.

crescimento demográfico e das demandas de várias localidades. Até 1833, a comarca do Rio das Mortes compreendia oito termos: Barbacena, Queluz, São José del-Rei (atual Tiradentes), São João del-Rei (cabeça da comarca); Baependi, Campanha, São Bento do Tamanduá e São Carlos do Jacuí. Em 30 de junho daquele mesmo ano, foram criadas as comarcas do Rio Paraibuna, agrupando os municípios de Barbacena, Baependi e Pomba, e a do Rio Sapucaí, tendo Campanha como cabeça da comarca, mais os termos de Pouso Alegre e São Carlos do Jacuí.⁶

Não se está partindo da subdivisão jurídico-administrativa para a delimitação do recorte espacial. Por outro lado, também é interessante apontar que as vilas escolhidas para estudo faziam parte do termo de Campanha, pelo menos até a década de 30 do oitocentos.

As informações relativas à população escrava da região serão exploradas considerando as variáveis como a origem (africana ou crioula) e a procedência dos cativos africanos. Para esta discussão, se lançará mão dos dados constantes das listas nominativas de 1831-1832 e dos assentos paroquiais de batismo, além de alguns inventários, particularmente os da família Junqueira, para uma investigação pormenorizada das escravarias.

O percentual de cativos no termo de Baependi era superior a 40%, em razão do número de distritos em que os escravos constituíam a maioria da população. Dos dez distritos para os quais existem listas nominativas, mais da metade possuía uma população escrava acima desse percentual, e em outros, como é o caso da capela de São José do Favacho e do Varadouro, os escravos representavam mais de 60% do total. Na realidade, esses distritos caracterizavam-se por vastas áreas rurais e grande concentração de escravos nas mãos de poucos proprietários.

Para o termo de Campanha, os índices de concentração da população cativa eram menores, mas em vários distritos o percentual ultrapassava 40%. Quase um terço dos distritos se enquadrava nesse percentual, incluindo a sede da vila, a paróquia de Santo Antônio do Vale da Piedade, cuja população escrava representava 47,1%. Os distritos menos populosos e com a maioria dos habitantes concentrada em áreas rurais, como era o caso da capela de Nossa Senhora de Soledade e do Espírito Santo da Mutuca, se enquadravam nas mesmas razões apontadas para alguns distritos do termo de Baependi.

Esses índices evidenciam não só a importância da mão-de-obra escrava para o desenvolvimento das atividades econômicas ligadas ao abastecimento interno, mas o seu constante processo de renovação, gerado pela dependência em relação ao tráfico internacional de escravos. Com isto não se está desconsiderando a possibilidade de reprodução natural das escravarias e da constituição de famílias. Esta questão será investigada com maior rigor a partir da análise dos inventários de alguns proprietários.

⁶ Afonso Alencastro Graça Filho. *A princesa do Oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del Rei (1831-1888)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. p. 27. Para outras discussões sobre o assunto, ver Raimundo J. da Cunha Matos, *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*, p. 88; Theophilo Feu de Carvalho, *Comarcas e termos*, p. 122.

3. População escrava: africanos e crioulos

A dependência em relação ao tráfico internacional pode ser visualizada tomando por base a porcentagem de africanos na população escrava.⁷ O que primeiramente chama a atenção é que, apesar de o contingente cativo do termo de Campanha ser menor, em números percentuais, os índices de africanos são praticamente os mesmos de Baependi, ou seja, mais de 45% dos cativos eram de origem africana. Estes dados confirmam a dependência da área em estudo com relação ao tráfico internacional de escravos. Analisando-se os distritos em separado, será possível detectar algumas diferenças marcantes. Em três distritos de Baependi, por exemplo, mais de 45% dos cativos eram de origem africana, sendo que, em dois deles, a capela do Espírito Santo e a de Carmo do Pouso Alto, este percentual ultrapassava 60%.⁸ Já no caso de Campanha, em pelo menos seis distritos a população de cativos africanos atingia níveis acima de 45% e, em dois deles, o número ultrapassava 60% (tabela 1).

⁷ O termo “africano” é extemporâneo e se constitui de uma identidade criada a partir da abolição do tráfico.

⁸ Em estudo anterior, constatou-se altos índices de concentração da população cativa, notadamente a de origem africana, em alguns distritos selecionados da freguesia de Carrancas, localizados nos termos de São João del-Rei e Baependi. Os números encontrados para os distritos de Carrancas, Espírito Santo de Carrancas, São Tomé e para o curato do Saco ultrapassavam o percentual de 45% de africanos e, em alguns casos, chegavam a mais de 60%. Ver Marcos Ferreira de Andrade. *Rebelião e resistência: as revoltas escravas na Província de Minas Gerais (1831-1840)*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 1996, p. 147-150.

Tabela 1
População Escrava dos Termos de Baependi e Campanha,
segundo Distritos – 1831/1832

Distritos	Africano	%	Crioulo	%	Total
Baependi					
1	93	30,8	209	69,2	302
2	225	40,6	329	59,4	554
3	523	61,4	329	38,6	852
4	970	69,4	428	30,6	1.398
5	100	31,3	219	68,7	319
6	261	44,4	327	55,6	588
7	237	41,8	330	58,2	567
8	447	41,7	625	58,3	1.072
9	758	37,9	1.240	62,1	1.998
10	159	47,2	178	52,8	337
Total	3.773	47,2	4.214	52,8	7.987
Campanha					
1	291	39,4	447	60,6	738
2	1.065	65,4	564	34,6	1.629
3	391	67,5	188	32,5	579
4	424	55,1	345	44,9	769
5	277	56,1	217	43,9	494
6	764	40,7	1.111	59,3	1.875
7	631	48,5	669	51,5	1.300
8	169	42,5	229	57,5	398
9	175	42,4	238	57,6	413
10	44	28,4	111	71,6	155
11	50	30,1	116	69,9	166
12	259	36,0	460	64,0	719
13	350	34,9	654	65,1	1.004
14	215	50,6	210	49,4	425
Total	5.105	47,9	5.559	52,1	10.664

a) Distritos do Termo de Baependi: 1 – Capela da *Alagoas*, Freguesia de Aiuruoca; 2 – Paróquia da *Aiuruoca*; 3 – Capela do *Espírito Santo*; 4 – Capela de *Nossa Senhora do Carmo de Pouso Alto*; 5 – Capela de *Senhora Santa Ana da Goapera*, freguesia de Aiuruoca; 6 – Capela de *São José do Favacho*; Capela de *São Vicente*, Freguesia de Aiuruoca; 8 – Capela do *Serrano*, da Freguesia de Aiuruoca; 9 – Curato do *Turvo*, Freguesia da Aiuruoca; 10 – Capela de *Varadouro*.

b) Distritos do Termo de Campanha: 1 – Capela do *Espírito Santo da Mutuca*; 2 – Matriz Nova de *Itajubá*; 3 – Capela do *Lambari*; 4 – Paróquia de *Santa Catarina*; 5 – Capela de *Santa Rita*; 6 – Paróquia de *Santo Antônio do Vale da Piedade*; 7 – Paróquia de *São Gonçalo*; 8 – Capela de *São José do Campo da Formiga*, Freguesia de Pouso Alegre; 9 – Capela de *São Sebastião da Capituba*; 10 – Capela de *São Sebastião e São Roque do Bom Retiro*; 11 – Curato do *Senhor Bom Jesus das Antas*; 12 – Capela de *Três Corações de Jesus, Maria e José* do Arraial do Rio Verde; 13 – Distrito de *Santana do Sapucaí*; 14 – Distrito de *Nossa Senhora da Soledade*.

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831/1832 – banco de dados elaborado por Clotilde Paiva – CEDEPLAR/UFMG.

Estes dados só confirmam o que a historiografia tem demonstrado até então, ou seja, que várias regiões da província de Minas Gerais, cuja economia era orientada para o abastecimento interno, participaram ativamente do tráfico negreiro internacional, pelo menos até o início da década de 1830. Segundo João Luís Fragoso, entre 1825 e 1833, Minas Gerais absorveu nada menos que 48% da população africana que chegava ao Brasil através do porto carioca, contrastando com as áreas exportadoras do vale do Paraíba e do Norte Fluminense, que,

juntas, absorviam 36,5% dos cativos importados.⁹ Diferentemente de Fragoso, cremos que as grandes unidades escravistas foram subestimadas em estudos anteriores.

Ainda que, num primeiro momento, os pequenos senhores de escravos tenham predominado, a concentração de cativos nas mãos de grandes senhores não era desprezível. Se analisarmos mais detidamente a composição das escravarias para alguns distritos, veremos que uma significativa porcentagem de cativos vivia em grandes propriedades. E isto poderia fazer uma notável diferença nas relações entre senhor e escravo e na construção de estratégias de sobrevivência de ambos os lados.

Vejam os a seguir o que as fontes indicam acerca da procedência dos cativos que chegavam à província de Minas Gerais. As listas nominativas não constituem uma fonte apropriada para recuperar este tipo de informação, pois nelas existem poucos dados e, quando existem, vêm registrados de modo bastante genérico. No distrito de São Sebastião da Capituba, por exemplo, são relacionados 32 negros africanos da “Costa”. Outro termo bastante recorrente e de pouco significado é escravo de “Nação”, que aparece com mais freqüência e para um número maior de distritos.¹⁰ Neste caso, as fontes mais apropriadas são os inventários.

As fontes paroquiais também podem fornecer alguns indicativos a respeito, tanto da porcentagem de africanos, quanto da sua procedência, quando se considera, especialmente, as informações existentes para os pais de batizados escravos. Selecionou-se alguns livros de assentos de batismo para as freguesias de Aiuruoca, Baependi e Campanha, que podem contribuir para elucidar o perfil da população escrava da área em estudo.

Primeiramente, é importante fazer algumas ponderações acerca da utilização deste tipo de fonte para os aspectos que se pretende aqui enfatizar. De repente, o que pode chamar mais a atenção nas tabelas 2 e 3 é o número de registros para os quais não consta informação. Em alguns casos, isto ocorre em relação à origem dos pais, como no livro da freguesia de Campanha para o período de 1806-1813. As informações dos assentos paroquiais, assim como de outras fontes, dependiam muito do zelo do responsável pelo seu registro. Em alguns livros, um número maior de pais teve sua origem e procedência declaradas, em outros, esses dados quase não aparecem. Mas isto não é motivo para desprezá-los. Para a elaboração das tabelas, foram considerados somente os batizados que tiveram a sua nomeação explícita como escravos nos registros e o mesmo valeu para os pais, nas informações referentes à condição e à origem, ou à procedência, no caso de africanos. Sem desconsiderar a sub-representação dos dados, as tabelas acabaram confirmando as tendências verificadas nas listas nominativas de 1831-1832.

⁹ João Luís Ribeiro Fragoso, *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 177.

¹⁰ Arquivo Público Mineiro - Listas nominativas de 1831-1832 – termo de Campanha.

Tabela 2
Batizados de escravos, segundo a origem do pai – freguesias de Aiuruoca, Baependi e Campanha – séculos XVIII e XIX

Paróquia	Período	Africanos	%	Crioulos	%	Não Consta	%	Total
1	1781-1790	114	14,9	13	1,7	637	83,4	764
	1797-1808	394	30,2	119	9,1	793	60,7	1.306
	1781-1829	64	38,6	18	10,8	84	50,6	166
2	1784-1793	94	38,4	6	2,4	145	59,2	245
	1791-1802	61	23,6	9	3,5	189	73,0	259
	1803-1826	77	6,8	18	1,6	1.030	91,6	1.125
3								
	1784-1788	129	37,3	13	3,8	204	59,0	346
	1791-1805	126	12,2	33	3,2	873	84,6	1.032
	1806-1813	14	2,0	11	1,5	688	96,5	713

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Campanha. Livros de registros paroquiais de batismo de Aiuruoca (1), Baependi (2) e Campanha (3).

Os dados da tabela anterior apontam a tendência, já constatada pela historiografia, acerca da predominância do número de escravos do sexo masculino entre a população de origem africana. Até a extinção do tráfico negreiro internacional, havia um processo de renovação constante das escravarias com a chegada de “negros novos”, homens, em sua grande maioria. Isto acabava se refletindo na composição das escravarias em Minas Gerais, particularmente dependente do tráfico internacional, nas primeiras décadas do século XIX.¹¹ Já no caso específico das mães, há uma porcentagem maior de nascidas no Brasil, indicando a importância da família escrava, mesmo num contexto de permanente entrada de africanos, que perdurou pelo menos até o fim do tráfico (ver tabela 3).¹²

¹¹ Sobre o tráfico internacional de escravos, em especial sobre os “negros novos” que chegavam ao Brasil pelo porto carioca, ver Manolo Florentino, *Em costas negras: um estudo sobre o tráfico atlântico de escravos para o porto do Rio de Janeiro (1790-1830)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

¹² Para uma discussão da família escrava no contexto do tráfico internacional de africanos, ver Manolo Florentino e José Roberto Góes. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

Tabela 3
Batizados de escravos, segundo a origem da mãe – freguesias de Aiuruoca, Baependi e Campanha – séculos XVIII e XIX

Paróquia	Período	Africanas	%	Crioulas	%	Não Consta	%	Total
1	1781-1790	90	11,8	150	19,6	524	68,6	764
	1797-1808	299	22,9	470	36,0	537	41,1	1306
	1781-1829	40	24,1	53	31,9	73	44,0	166
2	1784-1793	65	26,5	75	30,6	105	42,9	245
	1791-1802	41	15,8	53	20,5	165	63,7	259
	1803-1826	61	5,4	119	10,6	945	84,0	1125
3	1784-1788	80	23,1	137	39,6	129	37,3	346
	1791-1805	90	8,7	255	24,7	687	66,6	1032
	1806-1813	7	1,0	50	7,0	656	92,0	713

Fonte: ver tabela 2.

4. Procedência dos cativos africanos

No geral, as fontes que contemplam algum tipo de informação em relação à população escrava, as dividem em dois grandes grupos: crioulos, nascidos no Brasil, ou africanos. Do primeiro grupo fazem parte crioulos, pardos, cabras e mulatos. O segundo está definido por critérios de origem como, por exemplo, os mina, os angola, os benguela, os cabinda, os caçanje e muitos outros. Como tem alertado a historiografia, esses termos não correspondem a denominações étnicas, pertencem a uma nomenclatura do tráfico e referem-se a regiões ou a portos da África.¹³

Segundo Waldemar de Almeida Barbosa, nas primeiras décadas do século XVIII houve uma importação, em larga escala, de escravos da África Ocidental para Minas, definidos genericamente como “negros mina”.¹⁴ Estudos recentes têm demonstrado que, desde a segunda metade do setecentos, ocorreu uma mudança na rota do tráfico, passando a predominar os escravos oriundos do centro-oeste africano, especialmente os angola.¹⁵

Mary Karasch constatou que a grande maioria dos escravos que desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, procedia do centro-oeste africano. Mesmo no período em que houve um decréscimo na representação deste grupo, nunca ficou abaixo de 66%. Os escravos da África Oriental vinham em segundo lugar, oscilando entre 16%

¹³ Ver Mariza de Carvalho Soares, *Mina, Angola e Guiné: nomes d’África no Rio de Janeiro setecentista*. *Tempo*, Rio de Janeiro, no. 6, p. 73-93, dez. 1998.

¹⁴ Waldemar de Almeida Barbosa, *Negros e quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte, s. ed., 1972, p. 296.

¹⁵ Mariza Soares, *Os mina em Minas: tráfico atlântico, redes de comércio e etnicidade*; Silvia Hunold Lara, *Os mina em Minas: linguagem, domínio senhorial e etnicidade*; Hebe Maria Mattos, *Os mina em Minas: as “Áfricas” no Brasil e a pesquisa em história social da escravidão*. In *Anais do Simpósio Nacional de História*. Florianópolis: ANPUH, 1999.

e 26%, seguidos, por último, pelos cativos da África Ocidental, com cifras que não ultrapassavam 7%. O centro-oeste africano era dividido em três regiões principais: Congo Norte (Cabinda), Angola e Benguela. Como reitera a autora, “o significado destes termos variava muito e o uso deles no tráfico de escravos não era consistente com a verdadeira identidade étnica, nem com os nomes nacionais cariocas”.¹⁶ Isto não quer dizer que essas referências devam ser menosprezadas. Estudos recentes têm demonstrado as formas de apropriação dos nomes de procedência e sua utilização na configuração de novas identidades nas relações do cativo, especialmente nas de compadrio, na formação da família escrava, nas irmandades religiosas e nas revoltas escravas.¹⁷

Se uma grande parte dos cativos que desembarcava no porto do Rio de Janeiro tinha como destino a província de Minas Gerais, é mais ou menos evidente que as informações constantes dos registros locais corroborem os dados encontrados pelos autores que estudam a demografia do tráfico na Corte. Ao analisar uma lista de remessa de escravos para Minas Gerais, entre 1831-1832, Mary Karasch encontrou os seguintes percentuais: 40,6% do centro-oeste africano, 38,4% da costa oriental e 7,5% da África Ocidental.¹⁸ Como constatam João Luís Fragoso e Roberto Guedes Ferreira, ao examinarem os dados dos despachos e dos passaportes da Intendência de Polícia da Corte, entre 1819 e 1833, as fontes tendem a acompanhar os resultados das estimativas do tráfico internacional, uma vez que, entre 1795 e 1840, cerca de 81,8% dos navios negreiros procediam da África Central. Em 1831, por exemplo, 63% dos cativos registrados nos despachos e nos passaportes eram provenientes da África Central, 24% da Oriental e 9% da Ocidental.¹⁹

Com base no levantamento sistemático das informações sobre a origem dos cativos, contidas em inventários *post mortem* dos termos de São João del-Rei, São José del-Rei, Vila Rica e Mariana (1715-1888) e Diamantina (1790-1888), Laird Bergard também chega a conclusões semelhantes. Dos escravos africanos que tiveram a origem mencionada, os que ocupavam maiores índices eram os banguela (28,3%), os angola (23,9%) e os congo (10,7%), ou seja, a grande maioria dos cativos era procedente da África Central Atlântica. Os mina correspondiam a 10,5%.²⁰

¹⁶ Mary Karasch, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 50.

¹⁷ Ver, entre outros, Robert Slenes, *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; Mariza de Carvalho Soares, *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro do século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês no Brasil*. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; Juliana Barreto Farias et al. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, do século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005; Paul Lovejoy. *Identidade e a miragem da etnicidade: a jornada de Mohammah Gardo Baquaqua para as Américas. Afro-Ásia*. Salvador, CEAO/UFBA, n. 27, 2002, p. 9-39.

¹⁸ Mary Karasch, op. cit., p. 97.

¹⁹ João Luís Fragoso e Roberto Guedes Ferreira, *Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada: os códices 390, 421, 424 e 425 – despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833*. In Tarcísio Rodrigues Botelho et al. *História quantitativa e serial: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001, p. 267-269. Ver também Manolo Florentino, *Em costas negras*, p. 234.

²⁰ Ver Laird W. Bergard, *Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais, Brasil, 1720-1888*, Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 148-152.

O autor fez um levantamento sistemático das informações contidas em 10.028 inventários, arrolando um total de mais de 110 mil cativos. As principais críticas ao seu trabalho foram formuladas por Douglas Cole Libby e se referem aos limites das fontes utilizadas, e, e, particularmente, ao fato de ele desconsiderar as diferenças no tempo e no espaço para algumas regiões das Minas Gerais. Embora o argumento central de Laird Bergard seja a ênfase na capacidade de reprodução natural da população escrava, hipótese que não é de modo algum negada por outros estudiosos, as discordâncias se manifestam nos percentuais apresentados para algumas regiões, sobretudo aquelas localizadas nos termos de São João, São José e Diamantina, áreas com alto nível de desenvolvimento econômico e um percentual de africanos bem maior do que o encontrado por Laird Bergard.²¹ Os dados levantados para os termos de Campanha e Baependi confirmam o que a historiografia mineira e do tráfico tem enfatizado, ou seja, que a região participou ativamente do tráfico negreiro internacional pelo menos até os primeiros anos da década de 1830.

²¹ Ver Douglas Cole Libby, Minas na mira dos brasilianistas: reflexões sobre os trabalhos de Higgins e Bergard. In Tarcísio Rodrigues Botelho et al. *História quantitativa e serial: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001, p. 279-304.

Tabela 4
Batizados de Escravos, segundo a procedência africana do pai, nas freguesias de Aiuruoca, Baependi e Campanha – séculos XVIII e XIX

Paróquia	Período	África Ocidental	Centro-Oeste Africano												África Oriental	Total	
		Mina	Angola	Banguela	Benguela	Ganguela	Caçanje	Congo	Cabinda	Cabundá	Monjolo	Mofumbe	Quiçamane	Rebolo	Total		Moçambique
1	1781-1790	12 (10,5%)	62	32	3	1		1						3	102 (89,5%)		114
	1797-1808	4 (1,0%)	159	144	3	1	8	28		14	1	5	5	21	389 (98,70%)	1 (0,3%)	393
	1781-1829	1 (1,6%)	12	17		6	4	7	1		5	7	1	3	63 (98,4%)		64
2	1784-1793	7 (7,5%)	45	10	17		2	8		1				3	86 (91,4%)	1 (1,1%)	93
	1791-1802	2 (3,3%)	28	2	24			2						3	59 (96,7%)		61
	1803-1826	5 (6,5%)	27	7	26	4	3	3						2	72 (93,5%)		77
3	1784-1788	6 (4,7%)	73		31			8		7		1		3	123 (95,3%)		129
	1791-1805	2 (1,6%)	51	5	46	2	1	5		3	1			10	124 (98,4%)		126
	1806-1813	1 (7,1%)	2	1	3	1	2	1		1				2	13 (92,9%)		14

Fonte: Vide Tabela 2.

Tabela 5

Batizados de Escravos, Segundo a Procedência Africana da Mãe – Freguesias de Aiuruoca, Baependi e Campanha – Séculos XVIII e XIX

Paróquia	Período	África Ocidental		Centro-Oeste Africano											África Oriental	Total	
		Mina	Angola	Banguela	Benguela	Ganguela	Cas-sanje	Congo	Cabundá	Monjolo	Mofumbe	Quiçamane	Rebolo	Songo	Total		Moçambique
1	1781-1790	6 (6,7%)	58	20	1	1	1	1		1			1		84 (93,3%)	-	90
	1797-1808	2 (0,7%)	111	150	4	4		3	4			1	16	4	297 (99,3%)	-	299
	1781-1829	-	4	19				10	2				4		39 (97,4%)	1 (2,6%)	39
2	1784-1793	1 (1,5%)	33	10	19			1					1		64 (98,5%)		65
	1791-1802	-	22	1	16			1					1		41 (100%)		41
	1803-1826	-	16	8	29	2	2	2					2		61 (100%)		61
3	1784-1788	9 (11,3%)	45	1	14			2			1		8		71 (88,8%)		80
	1791-1805	1 (1,1%)	44	1	30	1		4		1			8		89 (98,9%)		90
	1806-1813	1 (14,3%)	1	1				2					2		6 (85,7%)		7

Fonte: Vide Tabela 2

Uma primeira leitura das tabelas 4 e 5 confirma os estudos da demografia do tráfico internacional, em especial no que se refere à procedência dos cativos. A grande maioria dos que vieram para Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XIX, era proveniente da África Central. Em todas as freguesias, o percentual de cativos desta área, quase sempre ficou acima de 90%, com predominância para os angola, os banguela e os benguela. Em segundo lugar, estavam os cativos oriundos da África Ocidental, qualificados genericamente como “mina”. Constata-se que o percentual oscilava entre 6% e 11% e, a considerar as informações encontradas nos registros paroquiais, a entrada de cativos da África Ocidental nas freguesias do sul de Minas foi maior na década de 1780.

Os dados apresentados reforçam as evidências de que o sul da capitania e depois província de Minas Gerais participou intensivamente do tráfico internacional nas primeiras décadas do século XIX e, em muitas vilas e distritos, a população escrava de origem africana atingia percentuais comparáveis às áreas de agroexportação. Seguindo as tendências do tráfico internacional, esses escravos eram procedentes, em sua maioria, da África Central. Em que medida este quadro, descrito até o momento, poderia ser encontrado nas escravarias dos mais abastados proprietários sul-mineiros? Até que ponto os grandes senhores estavam condicionados à lógica do tráfico internacional para a composição de suas escravarias? Para responder a essas e a outras questões, foram selecionados alguns inventários da família Junqueira, considerando as transformações conjunturais da primeira metade do oitocentos.

5. Estratégias senhoriais na composição das escravarias

O Sul de Minas tornou-se umas das regiões mais dinâmicas da economia mineira desde o final de século XVIII. Muitos proprietários possuíam acima de 20 cativos, um número bastante expressivo se considerar o padrão de posse escrava para o sudeste da Colônia e depois do Império. A família Junqueira, em especial, detinha consideráveis escravarias, com números que oscilavam entre trinta e até mais de cem cativos. Tratava-se de grandes senhores escravistas, fazendeiros/negociantes, que consorciavam várias atividades e produziam gêneros voltados para o abastecimento interno. Alguns deles se dedicaram esporadicamente ao tráfico interno de cativos do Rio de Janeiro para Minas Gerais.²²

Para a composição da tabela 6, selecionaram-se alguns inventários da família Junqueira, que cobrem a primeira metade do século XIX e os primeiros anos após o fim do tráfico internacional. A análise desses dados permite perceber determinadas estratégias senhoriais na composição de suas escravarias, tanto numa conjuntura de entrada maciça de “negros novos” como também após o fim do tráfico. Evidentemente, nem todos os avaliadores foram prestimosos em indicar a procedência dos cativos ou o estado civil.

Vejamos, primeiramente, o caso da escravaria do casal fundador da família. O inventário de Elena Maria do Espírito Santo foi realizado em 1811. Residente na fazenda Campo Alegre, no curato de São Tomé das Letras, freguesia de Carrancas, ela possuía 53 cativos.

²² Para maiores detalhes sobre a trajetória da família ver Marcos Ferreira de Andrade. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. p. 205-272.

O que de início chama a atenção é o percentual de crioulos em relação aos africanos. Aqueles representavam mais de 60% dos cativos da proprietária. Os africanos eram, em sua maioria, procedentes da África Central. As denominações predominantes foram benguela, congo, rebolo, cabundá, caçanje e angola. Também foram relacionados dois escravos mina.

Apesar de as informações sobre estado civil serem escassas, mais de 25% da escravaria era composta de crianças, na faixa etária de zero a dez anos. Os dados sugerem que João Francisco Junqueira, pelo menos até aquele momento, estaria criando oportunidades para a reprodução natural de sua escravaria. É importante colocar esta ressalva, pois o inventário tratado desta forma nos permite contemplar apenas um retrato parcial e circunstancial da vida material do proprietário. A situação poderia inverter-se dali a cinco, dez ou vinte anos. Uma série de fatores influiria na composição das escravarias e não estava circunscrita à dependência do tráfico internacional. A composição também dependia do cabedal de cada proprietário, da extensão dos empreendimentos e do tempo de existência de determinada unidade produtiva.

Considerando as evidências, predominantemente na década de 1830, a família atingiu significativa projeção do ponto vista econômico e político. Na conjuntura conturbada da Regência, Gabriel Francisco Junqueira tornou-se um dos principais representantes da facção política liberal moderada na província de Minas, elegendo-se deputado no Parlamento Nacional por três legislaturas (1831-1837). Dois anos após o encerramento de seu mandato legislativo, seu nome era arrolado na lista nominativa de 1838. Naquele ano, residia em sua propriedade, com a esposa Elena Constança, acompanhado de quatro filhos, um cunhado e 103 cativos. Tudo indica que o filho acabou seguindo a mesma estratégia do pai na composição da escravaria, pois os cativos crioulos representavam 72% do total. Os de origem africana não chegavam a 30%, totalizando 29 cativos.

Tabela 6
Escravarias da família Junqueira – inventários selecionados (1811-1859)

PROPRIETÁRIO/LOCAL	DATA	SEXO/ESTADO CIVIL	AFRICANOS		CRIoulos		ORIGEM NÃO MENCIONADA		TOTAL	
			N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Elena Maria do Espírito Santo Fazenda Campo Alegre - São Tomé das Letras	1811	Homens solteiros	1	1,9					1	1,9
		Mulheres solteiras	2	3,8					2	3,8
		Homens casados	3	5,7					3	5,7
		Mulheres casadas		0,0	3	5,7			3	5,7
		Homens s/ informação	9	17,0	19	35,8	1	1,9	29	54,7
Total			18	34,0	34	64,2	1	1,9	53	100,0
Gabriel de Souza Diniz Junqueira Fazenda Santo Inácio - São Tomé das Letras	1811	Homens solteiros								0,0
		Mulheres solteiras								0,0
		Homens casados	4	11,4					4	11,4
		Mulheres casadas	4	11,4					4	11,4
		Homens s/ informação	14	40,0	5	14,3	2	5,7	21	60,0
Total			24	68,6	7	20,0	4	11,4	35	100,0
André Martins de Andrade Fazenda Campo Belo - Freguesia de Santa Ana das Lavras do Funil	1821	Homens solteiros		0,0		0,0		0,0	0	0,0
		Mulheres solteiras		0,0		0,0		0,0	0	0,0
		Homens casados	6	16,2	2	5,4	1	2,7	9	24,3
		Mulheres casadas	3	8,1	4	10,8	2	5,4	9	24,3
		Homens s/ informação	6	16,2	5	13,5	2	5,4	13	35,1
Total			16	43,2	16	43,2	5	13,5	37	100,0
José Francisco Junqueira Fazenda Bela Cruz - São Tomé das Letras	1833	Homens solteiros			2	5,6			2	5,6
		Mulheres solteiras			2	5,6			2	5,6
		Homens casados								
		Mulheres casadas								
		Homens s/ informação			1	2,8	16	44,4	17	47,2
Total					5	13,9	31	86,1	36	100,0
Manoel José da Costa Fazenda Bela Cruz - São Tomé das Letras	1833	Homens solteiros								
		Mulheres solteiras								
		Homens casados								
		Mulheres casadas								
		Homens s/ informação			1	7,1	7	50,0	8	57,1
Total					3	21,4	11	78,6	14	100,0
Maria Dorida Diniz Junqueira	1851	Homens solteiros								
		Mulheres solteiras								
		Homens casados	3	13,0	1	4,3			4	17,4
		Mulheres casadas	4	17,4					4	17,4
		Homens s/ informação	2	8,7	8	34,8			10	43,5
Total			10	43,5	13	56,5			23	100,0
Maria Marfiza Fazenda Jardim - São Tomé das Letras	1857	Homens solteiros								
		Mulheres solteiras								
		Homens casados	2	3,3					2	3,3
		Mulheres casadas	2	3,3					2	3,3
		Homens s/ informação	23	37,7	16	26,2	1	1,6	40	65,6
Total			30	49,2	30	49,2	1	1,6	61	100,0
Inácia Constança de Andrade Fazenda Campo Alegre - São Tomé das Letras	1859	Homens solteiros								
		Mulheres solteiras								
		Homens casados	11	9,8	10	8,9	1	0,9	22	19,6
		Mulheres casadas	8	7,1	10	8,9	4	3,6	22	19,6
		Homens s/ informação	12	10,7	29	25,9			41	36,6
Total			32	28,6	75	67,0	5	4,5	112	100,0

Fonte: Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei – AMRSJDR - Inventários *post mortem* de alguns membros da família Junqueira.

As oportunidades de constituição de laços familiares não estavam restritas aos escravos crioulos, ainda que fossem a maioria. Dos 38 casados, 22 eram crioulos e 16, africanos. Os indícios de reprodução natural da escravaria também podem ser percebidos pelo número de crianças de zero a dez anos, que totalizavam pouco mais de 30% dos cativos do deputado. Embora se perceba uma opção pela criouliização crescente da escravaria, a desproporção entre os sexos não era desprezível. Havia sessenta cativos homens, dos quais 35% eram de origem africana.

Por outro lado, iremos encontrar encontrar-se-ão proprietários da mesma família em situação praticamente inversa à descrita acima. Gabriel de Sousa Diniz era dono da fazenda Santo Inácio e casou-se na família Junqueira com a filha mais velha de João Francisco. Em 1811, com uma escravaria bem menor, composta por pouco mais de trinta cativos, os africanos somavam quase 70%. Provavelmente, tratava-se de uma unidade produtiva mais recente, constituída no contexto de vigência do tráfico atlântico de cativos. O desequilíbrio entre os sexos também era expressivo, visto que os homens representavam mais de 70% dos escravos. As oportunidades para a formação de famílias estariam facultadas a poucos africanos e a reprodução natural estava condicionada à renovação constante da escravaria. Havia apenas um escravo abaixo da idade de dez anos. Novamente, as informações referentes à procedência dos cativos acompanham os resultados das estimativas para o tráfico internacional. Prevalciam os da África Central, seguidos por alguns poucos da Ocidental. Sua escravaria era composta de cinco angola, três cabundá, três rebole, dois benguela, dois songo, dois mofumbe, um ganguela e três mina.

Os sinais de dependência do tráfico internacional também aparecem na escravaria do capitão André Martins de Andrade, apesar de haver um aparente equilíbrio, em termos percentuais, de seus cativos, no que diz respeito à origem – metade era africana, metade crioula. O capitão era casado com Ana Cândida da Costa, neta de João Francisco Junqueira, e foi proprietário da fazenda Campo Belo, em São Tomé das Letras. A oportunidade de estabelecer laços familiares foi reservada aos cativos do sexo masculino e de origem africana. Entre as mulheres não houve muita diferença em termos percentuais. Havia sete escravos com idade de zero a dez anos, indicando as oportunidades de crescimento natural da escravaria. Constata-se, mais uma vez, o mesmo padrão de procedência dos cativos – a maioria era formada por banguela e cabinda, seguida por alguns mina.

Os inventários da década de 1830 se referem aos cativos de José Francisco Junqueira e Manuel José da Costa, proprietários da fazenda Bela Cruz, assassinados pelos escravos em 1833. Os avaliadores não deram maiores informações sobre origem e procedência, nem sobre o estado civil dos cativos. Por outro lado, verifica-se que a grande maioria dos cativos daquela propriedade que participaram da rebelião eram oriundos da África Central e estavam assim

distribuídos: cinco angola, cinco benguela, quatro congo, dois caçanje, um mofumbe e um mina.²³

Na década de 1850, algumas escravarias da família Junqueira ainda eram compostas por um contingente expressivo de africanos, superior a 40%, o que demonstra a dependência do tráfico internacional em décadas anteriores. Em 1859, praticamente a metade da escravaria de Maria Marfisa, proprietária da fazenda Jardim, na freguesia de São Tomé das Letras, era de origem africana. As informações referentes às possibilidades de constituição de laços familiares são escassas e não mereceram registros. Exatamente duas décadas antes, João Cândido da Costa, seu marido, foi localizado na lista nominativa de 1839. Já naquela época, dos 87 cativos que possuía, quarenta eram de origem africana, ou seja, mais de 45%.²⁴

Sem dúvida alguma, o inventário mais indicado para discutir as estratégias senhoriais na composição das escravarias no contexto subsequente ao fim do tráfico internacional é o da esposa do barão de Alfenas. Mesmo que o recorte deste trabalho se restrinja à primeira metade do século XIX, será muito interessante voltarmos à fazenda Campo Alegre, que continuava nas mãos do filho mais novo de João Francisco, o ex-deputado e barão de Alfenas. Depois de duas décadas, é possível identificar algumas mudanças significativas na composição da escravaria do barão. O processo de criouliização crescente da mão-de-obra, detectado já na primeira metade do século XIX, continuou em expansão. Desta vez, os louvados foram prestimosos e metódicos na descrição da escravaria, discriminando primeiramente os cativos casados, depois os solteiros (embora não utilizassem esta expressão) e, por último, as crianças. Em 1859, o barão de Alfenas possuía 112 cativos assim distribuídos: 75 crioulos, 32 africanos e cinco sem informação sobre a origem. Percebe-se que, em termos percentuais, não houve uma mudança significativa em relação à situação encontrada em 1839.

O que de início salta aos olhos é a ausência de informação sobre a procedência. Assim como nas listas nominativas, os louvados acabaram por registrar os escravos, utilizando-se apenas da terminologia “de nação”. Hebe Maria Mattos já havia assinalado o silêncio sobre a “cor” nos registros da segunda metade do século XIX, qualificando este processo como um dos “mais intrigantes e irritantes” para o pesquisador que se dedica a investigar a história da escravidão no Brasil.²⁵ A mesma observação pode ser estendida para as informações referentes à origem dos cativos do barão de Alfenas. Parece que, nesse caso, estamos diante de um processo paulatino de “esmaecimento das origens étnicas”, como constataram Manolo Florentino e José Roberto Góes, ao analisarem a escravaria de Manuel Aguiar Valim, o maior cafeicultor de Bananal.²⁶ Diferentemente do caso aqui examinado, Valim teve a preocupação de arrolar os seus cativos desde meados da década de 1860 e, naquela época, registrou sua região de

²³ Marcos Ferreira Andrade, *Rebeldia e resistência*, p. 190.

²⁴ Arquivo Público Mineiro, Listas nominativas de 1838-1840.

²⁵ Hebe Maria Mattos, *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 94-97.

²⁶ Manolo Florentino e José Roberto Góes, Parentesco e família entre os escravos de Vallim. In Hebe Maria Mattos e Eduardo Schnoor. *Resgate: uma janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 149.

onde provinham. O processo de omitir a procedência dos cativos africanos ocorreu, especialmente, na matrícula de 1872. Como a conjuntura da segunda metade do século XIX não é objeto deste trabalho, não há como afirmar se o caso do barão de Alfenas constitui uma exceção, ou se este procedimento tornara-se prática corrente nas décadas seguintes à abolição do tráfico internacional.

As indicações de que havia incentivo à constituição de laços familiares podem ser confirmadas pela porcentagem de escravos casados e pelo número de crianças arroladas. Quase 40% eram casados, sem muita desproporção quanto à origem. Dos 22 homens casados, 11 eram africanos, dez crioulos e um, sem informação. No que se refere às mulheres, também não houve muita variação, embora constituíssem a maioria das cativas casadas: dez eram crioulas, oito africanas e cinco sem informação de procedência. As 32 crianças relacionadas representavam quase 30%. Estes dados indicam o processo crescente de crioulização que já vinha ocorrendo havia algumas décadas, pelo menos nessa propriedade da família.

Se os inventários tratados de modo isolado criam certa dificuldade para que se apontem as transformações e tendências do período em relação à mão-de-obra escrava, este problema pode ser resolvido, em parte, por meio da análise de alguns dos fogos da família Junqueira, relacionados na lista nominativa de 1831-1832. Trata-se de uma época particularmente interessante do Império, em que a pressão inglesa para pôr fim ao tráfico internacional de escravos acabou contribuindo para aumentar a entrada de “negros novos” no Brasil. Manolo Florentino calcula que, entre 1825 e 1830, foram desembarcados nada menos que 213.720 escravos africanos no porto do Rio de Janeiro.²⁷ E, como a historiografia tem demonstrado, uma grande porcentagem desses cativos era remetida para as propriedades localizadas na província de Minas Gerais, dentre as quais estavam as da família Junqueira.

O que primeiramente chama a atenção na tabela 7 é o percentual de africanos nas escravarias de alguns membros da família Junqueira. Em todos os fogos localizados na lista de 1831-1832, esse índice ultrapassa 50% e em três residências, os africanos constituíam mais de 70% da população escrava. São índices que confirmam a dependência do tráfico internacional, num contexto de entrada contínua de “negros novos” e de renovação das escravarias.

²⁷ Na tabela 3, o autor demonstra a quantidade de escravos desembarcados no porto do Rio de Janeiro entre 1790 e 1830. Entre 1826 e 1830, verificou-se um aumento da entrada de cativos africanos, provavelmente influenciado pela assinatura do tratado antitráfico entre Brasil e Inglaterra, em 1826, e que foi ratificado em 1827. Ver Manolo Florentino, *Em costas negras*, p. 51.

Tabela 7
Escravarias dos Junqueira - Famílias Localizadas na Lista Nominativa de 1831-1832

PROPRIETÁRIO/LOCAL	SEXO/ESTADO CIVIL	AFRICANOS		CRIoulos		TOTAL	
		N.	%	N.	%	N.	%
Antônio José Ribeiro de Carvalho Freguesia do Carmo - Baependi	Homens solteiros	21	22,6	8	8,6	29	31,2
	Mulheres solteiras	4	4,3	1	1,1	5	5,4
	Homens casados	16	17,2	4	4,3	20	21,5
	Mulheres casadas	14	15,1	7	7,5	21	22,6
	Não mencionados*		0,0	18	19,4	18	19,4
Total		55	59,1	38	40,9	93	100,0
Manoel José Ribeiro de Carvalho Freguesia do Carmo - Baependi	Homens solteiros	33	27,7	9	7,6	42	35,3
	Mulheres solteiras	7	5,9	1	0,8	8	6,7
	Homens casados	25	21,0	1	0,8	26	21,8
	Mulheres casadas	16	13,4	8	6,7	24	20,2
	Não mencionados		0,0	19	16,0	19	16,0
Total		81	68,1	38	31,9	119	100,0
Maria Inácia do Espírito Santo Fazenda do Favacho - Baependi	Homens solteiros	17	25,8	7	10,6	24	36,4
	Mulheres solteiras	8	12,1	2	3,0	10	15,2
	Homens casados	11	16,7		0,0	11	16,7
	Mulheres casadas	11	16,7		0,0	11	16,7
	Não mencionados		0,0	10	15,2	10	15,2
Total		47	71,2	19	28,8	66	100,0
João Pedro Diniz Junqueira Fazenda Traituba - Bapendi	Homens solteiros	22	27,5	8	10,0	30	37,5
	Mulheres solteiras		0,0	8	10,0	8	10,0
	Homens casados	17	21,3	4	5,0	21	26,3
	Mulheres casadas	13	16,3	8	10,0	21	26,3
	Não mencionados		0,0		0,0	0	
Total		52	65,0	28	35,0	80	100,0
Antonio Luis de Noronha e Silva Capela do Varadouro - Aiuruoca	Homens solteiros	25	25,3	8	8,1	33	33,3
	Mulheres solteiras	7	7,1	10	10,1	17	17,2
	Homens casados	13	13,1	2	2,0	15	15,2
	Mulheres casadas	6	6,1	9	9,1	15	15,2
	Não mencionados	2	2,0	17	17,2	19	19,2
Total		53	53,5	46	46,5	99	100,0
Antônio Sancho Diniz Junqueira Carrancas - São João del Rei	Homens solteiros	17	29,8	6	10,5	23	40,4
	Mulheres solteiras	4	7,0	8	14,0	12	21,1
	Homens casados	10	17,5	1	1,8	11	19,3
	Mulheres casadas	11	19,3		0,0	11	19,3
	Não mencionados		0,0		0,0	0	0,0
Total		42	73,7	15	26,3	57	100,0
Francisco José de Andrade Carrancas - São João del Rei	Homens solteiros	39	42,4	10	10,9	49	53,3
	Mulheres solteiras	10	10,9	11	12,0	21	22,8
	Homens casados	7	7,6	4	4,3	11	12,0
	Mulheres casadas	11	12,0		0,0	11	12,0
	Não mencionados		0,0		0,0	0	0,0
Total		67	72,8	25	27,2	92	100,0
Joaquim Leonel Vilela Boa Esperança - São João del Rei	Homens solteiros	13	40,6	3	9,4	16	50,0
	Mulheres solteiras		0,0	6	18,8	6	18,8
	Homens casados	4	12,5	1	3,1	5	15,6
	Mulheres casadas	4	12,5	1	3,1	5	15,6
	Não mencionados		0,0		0,0	0	0,0
Total		21	65,6	11	34,4	32	100,0

Fonte: Arquivo Público Mineiro – APM. Listas nominativas de 1831/1832 dos termos de Baependi e São João del-Rei.

* São registros em que não houve menção ao estado civil. Tratava-se, em sua grande maioria, de crianças na faixa etária de zero a nove anos e alguns poucos escravos acima dos 70 anos de idade.

Como já observado anteriormente, o número de homens em idade adulta era bem maior que o de mulheres, pelas razões já apontadas. A título de exemplo, vejamos o caso dos dois irmãos da família Ribeiro de Carvalho que se casaram na família Junqueira. O “velho do Condado” e o “velho de Pouso Alegre”, como eram popularmente conhecidos, residiam na freguesia de Carmo do Pouso Alto, termo de Baependi. Ambos possuíam escravos do sexo masculino que representavam mais de 60% do total de suas respectivas escravarias, configurando a imagem clássica das senzalas das grandes propriedades, no contexto de dependência do tráfico internacional.

O grande percentual de africanos contribuía para que as opções de constituição de laços familiares estivessem colocadas para os cativos deste grupo. A princípio, a desproporção entre os sexos, já mencionada, poderia representar um impedimento para a formação da família, mas, nas duas escravarias ora analisadas, verifica-se que a possibilidade de formar famílias era dada a alguns cativos, sobretudo aos de origem africana (ver tabela 7). Neste caso, as especulações de Hebe Maria Mattos são bem apropriadas para se entender as estratégias adotadas por esses dois proprietários.

O desequilíbrio por sexo dos plantéis, mesmo em fazendas antigas, realimentado pelo constante ingresso de recém-chegados, não impossibilitava as relações familiares, mas fazia da família e dos recursos que comumente a ela estiveram associados, como a roça do escravo, possibilidades abertas, mas não acessíveis a todos.²⁸

Tome-se como exemplo o caso da escravaria de Maria Inácia do Espírito Santo, esposa de João Francisco Junqueira (filho) e moradora na fazenda do Favacho, considerada o berço da família Junqueira. Em 1831, já viúva, administrava a fazenda junto com seu filho, José Frauzino Junqueira. Pode-se ver claramente que sua escravaria era majoritariamente africana e, apesar de os cativos solteiros representarem a maioria, as opções de constituição de laços familiares eram restritas a alguns africanos, cerca de 33% do total dos escravos.

Em outros casos, encontra-se a imagem clássica das escravarias formadas no contexto de vigência do tráfico internacional, com alto índice de solteiros, desequilíbrio entre os sexos e poucos escravos casados. Era essa a situação na propriedade de Francisco José de Andrade, onde os homens representavam mais de 65% da população total da senzala. Os cativos do sexo masculino constituíam mais de 70% da população de origem africana. A possibilidade de constituição de laços familiares estava reservada a pouco mais de 20% da população escrava da mesma origem.

Em dezembro de 1816, Saint-Hilaire fez a sua primeira viagem à província de Minas Gerais. Ao passar pelo caminho do Paraibuna, depois de percorrer as povoações de Simão Pereira, Matias Barbosa, Juiz de Fora e Ribeirão, encontrou uma choça com alguns escravos que cuidavam de uma plantação de milho. O viajante reproduz um provável diálogo que teve com

²⁸ Hebe Maria Mattos, *Das cores do silêncio*, p. 126.

um desses cativos, bastante esclarecedor sobre as relações entre senhor e escravo, as divisões entre os cativos e o papel que a família representava para ambos os lados. Ao perguntar ao escravo se era casado, este lhe respondeu negativamente, mas afirmou que se casaria em breve.

[...] quando se fica assim, sempre só, o coração não vive satisfeito. *Meu senhor me ofereceu primeiro uma crioula, mas não a quero mais*; as crioulas desprezam os negros da costa. Vou me casar com outra mulher que minha senhora acaba de comprar; essa é da minha terra e fala minha língua.²⁹ (grifos meus)

Esta passagem é bastante citada pela historiografia para discutir as divisões étnicas entre os cativos e a sua interferência no processo de constituição dos vínculos familiares. A historiografia brasileira tem evidenciado o papel do papel desempenhado pelos escravos na conquista de certos espaços de autonomia, incluindo a preservação dos laços familiares. Por outro lado, a suposta fala do escravo também indica a interferência do senhor nos arranjos matrimoniais entre os cativos. Mesmo Robert Slenes, que procura analisar a constituição dos laços familiares entre os escravos, considerando o seu poder real na escolha de cônjuges, chama a atenção para o limite deste exercício, que invariavelmente “esbarrava na prepotência dos senhores”.³⁰

Na primeira metade do século XIX, a margem de autonomia que os senhores tinham para a composição de suas escravarias esteve, quase sempre, condicionada à conjuntura internacional do tráfico. Ainda que investissem na divisão dos escravos, considerando a origem (africana e crioula), e procurassem manipular estas diferenças a favor da “pacificação das senzalas”, este recurso esteve limitado pela procedência dos cativos, já que a grande maioria de recém-chegados ao sudeste escravista procedia era originária da África Central Atlântica. E, certamente, isto fez bastante diferença, tanto para as estratégias dos senhores como para as dos cativos.

A importância dos vínculos familiares na vida dos escravos não constitui um problema ou um tema polêmico na historiografia brasileira. O assunto tem sido cada vez mais investigado por pesquisadores e não se pretende fazer aqui um inventário desses estudos, até porque a família escrava está sendo pensada dentro do conjunto das estratégias senhoriais na composição de suas escravarias. E, como acertadamente assinalam Manolo Florentino e José Roberto Góes, essas estratégias eram, “antes de mais nada, políticas”, e as relações familiares cumpriam um papel essencialmente político no cativo.³¹ Para os autores, a família escrava era o pilar do sistema escravista, promovia a “paz das senzalas” e gerava uma “renda política” para o senhor, particularmente no contexto de dissensão, disputa e rivalidades étnicas, em razão da entrada contínua de africanos novos pelo tráfico.

²⁹ Augusto de Saint-Hilaire, *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, t. I, p. 53.

³⁰ Robert Slenes, *Na senzala, uma flor*, p. 94.

³¹ Manolo Florentino e José Roberto Góes, *A paz das senzalas*, p. 30.

No Brasil, o processo de produção social deste tipo específico de trabalhador iniciava-o o mercado, pela introdução do estrangeiro, e concluía-o o próprio escravo, tornado africano e brasileiro, membro de uma comunidade, de um *nós* cativo. Apenas, assim, era possível ao senhor auferir uma renda política sem a qual o seu retorno ao mercado estaria comprometido.[...] O cativo era estruturalmente dependente do parentesco cativo.³²

A discussão a respeito do tema remete a um debate relativamente recente da historiografia brasileira acerca da importância da herança cultural africana e da possível constituição de comunidades escravas marcadas por laços de solidariedade e sociabilidade, sem desconsiderar as divergências étnicas impostas pela demografia do tráfico e corroboradas pela ação dos senhores.

Hebe Maria Mattos, ao analisar a conjuntura da segunda metade do século XIX, ressaltou as diferenças e os conflitos existentes no interior das escravarias, que acabavam por contribuir para o enfraquecimento dos laços de solidariedade entre os cativos e para a não conformação de uma identidade étnica comum. A possibilidade da constituição de laços familiares não era um recurso acessível a todos os cativos. “É sobre a mulher cativa e seus filhos crioulos (nascidos no Brasil) que se constrói a possibilidade da família escrava.”³³ As diferenciações sociais forjadas no interior das senzalas impediam a formação de uma identidade étnica a partir da experiência do cativo. Nos momentos de tensão e rebeldia, a noção de “parceiro” era resignificada e se podia vislumbrar a superação das diferenças étnicas nas senzalas. Entretanto, como reitera a autora, o “cotidiano no cativo tendia [...] a valorizar a construção de identidades sociais outras, que não aquelas impostas pela condição cativa”.³⁴

Robert Slenes propõe uma outra perspectiva da família escrava, contrapondo-se às abordagens anteriormente mencionadas. Parte da hipótese de que as “experiências e memórias” engendradas e transmitidas no interior da família escrava contribuíram para a formação de uma “consciência cativa”, que poderia desestabilizar o sistema escravista.³⁵ No sudeste do Brasil, sobretudo na primeira metade do século XIX, havia a possibilidade de constituição de uma identidade social dos escravos de origem africana, em especial pela proximidade lingüística e cultural existente entre os procedentes da África Central, formando o que o autor denomina de “proto-nação” banto. As diferenças étnicas seriam de certo modo superadas em virtude da redefinição e da reelaboração de suas referências culturais de origem. O autor questiona ainda a considerável distância sociocultural entre os africanos novos e ladinos e os crioulos, enfatizada por Hebe Mattos. A constituição de laços de parentesco e a dependência demandavam muito tempo e, particularmente na primeira metade do século XIX, a distância entre africanos e crioulos não era tão grande assim, pois boa parte dos cativos brasileiros eram filhos de africanos.³⁶

³² *Ibidem*, p. 37.

³³ Hebe Maria Mattos, *Das cores do silêncio*, p. 126.

³⁴ *Ibidem*, p. 135.

³⁵ Robert Slenes, *Na senzala, uma flor*, p. 46.

³⁶ *Ibidem*, p. 52.

6. Considerações Finais

Embora esta reflexão sobre a importância dos laços familiares entre a comunidade de cativos não parta da perspectiva escrava, e sem desconsiderar as divergências de abordagens entre os autores mencionados, algumas de suas ponderações são de extrema relevância para se pensar o papel dos senhores na composição de suas escravarias. A perspectiva de Manolo Florentino e José Roberto Góes mostra-se a mais adequada para a linha de investigação, que é a de perceber a “renda política” auferida pelos senhores com as relações de parentesco de seus cativos. Pelos exemplos citados, foi possível constatar que a dependência do tráfico internacional e a entrada constante de “negros novos” interferiam na composição das escravarias, seja pelo número de escravos do sexo masculino, ou pelas possibilidades de constituição de laços familiares. Por outro lado, nem todas as grandes escravarias estavam condicionadas ao tráfico internacional. Pelo menos esse foi o caso de uma das principais e mais antigas fazendas da família Junqueira, onde se detectou uma preferência pela reprodução natural da escravaria.

As reflexões de Hebe Maria Mattos são igualmente relevantes para se pensar que a família escrava não era um recurso disponível a todos. Num contexto de acentuada entrada de “africanos novos”, as opções de constituição de laços familiares ficaram restritas aos africanos, como se verificou.

Também foi possível comprovar que a maioria dos cativos vindos para a província de Minas acompanhava a origem dos portos de embarque no continente africano, ou seja, era formada por angolas, benguelas, congos, caçanjes etc., oriundos da África Central. Considerando este aspecto, a perspectiva de Robert Slenes é particularmente interessante para se compreender o envolvimento dos cativos na Revolta de Carrancas³⁷, quando os escravos de alguns membros da família Junqueira assassinaram nove de seus membros.

³⁷ Trata-se do principal tema investigado em minha dissertação de mestrado sobre a maior rebelião escrava do sudeste do Brasil, ocorrida nas propriedades da família Junqueira, na freguesia de Carrancas, comarca do Rio das Mortes, no dia 13 de maio de 1833. A revolta foi sangrenta e atemorizou as elites senhoriais da região e do sudeste do Império. No confronto entre escravos e senhores morreram nove membros da família Junqueira e cinco cativos. Dos 31 negros rebeldes indiciados, 16 foram condenados à pena de morte por enforcamento, em praça pública. A revolta contou com a participação majoritária de negros bantos, embora fosse liderada por minas e crioulos. Dentre as análises e publicações que produzi sobre o tema destacam-se as seguintes: *Rebeldia e resistência*: as revoltas escravas na província de Minas Gerais. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, dissertação de mestrado, 1996; “Revolta de Carrancas”. In: *Dicionário do Brasil Imperial*. VAINFAS, Ronaldo. (Dir.) Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. pp. 635-637; “Rebeliões escravas na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas”. *Afro-Ásia*. Salvador, nº 21-22 (1998-1999), 45-82; “Violência, Criminalidade e Controle Social - Rebeliões Escravas nas Minas Gerais – Século XIX: o caso Carrancas”. *Actas do Congresso Luso-Brasileiro “Portugal-Brasil: Memórias e Imaginários*, Lisboa, 2000. pp. 437-452; “Negros rebeldes nas Minas Gerais: a revolta dos escravos de Carrancas”. Disponível em http://www.acervos.ufsj.edu.br/site/fontes_civeis/revolta_carrancas.pdf ; “O outro 13 de maio”. *Revista de História*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Ano 1, no. 2, agosto de 2005, pp. 69-73; *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 298-322.